

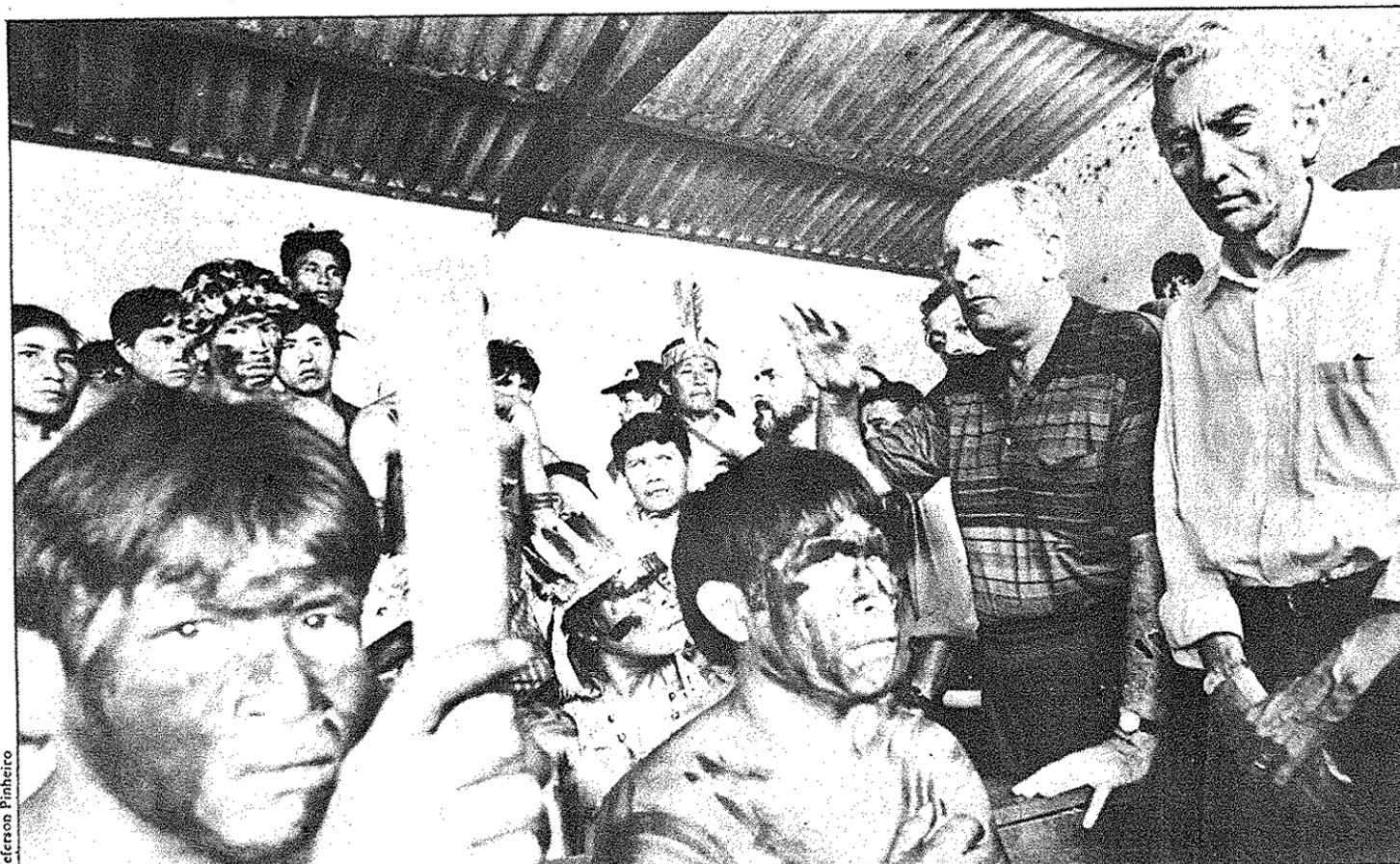
O IMPARCIAL



ÓRGÃO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS Fundador: Assis Chateaubriand

Ano LXVI — N.º 20.581 Quarta-feira — 11 de novembro de 1992 — São Luís — Maranhão.

Capital Cr\$ 4.000,00 — Interior Cr\$ 4.500,00 — Outros Estados Cr\$ 6.000,00



Jefferson Pinheiro

Lobão e Corrêa tiveram que falar duro com os guajajaras para liberar os reféns

Ação do governo liberta reféns dos guajajaras

Acabou, ontem à tarde, o drama das 96 pessoas que estavam sendo mantidas como reféns há oito dias pelos índios Guajajaras na aldeia Coquinho. Após entendimentos com o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, o governador Edison Lobão e o presidente da Funai, Sidney Possuelo, os índios decidiram libertar os reféns e os carros apreendidos, en-

tre os quais ônibus de passageiros. Corrêa e Lobão chegaram a advertir os Guajajajas que a prisão das pessoas era um crime e eles poderiam ser responsabilizados por algum problema que viesse a ocorrer. Foi assinado um documento pelo qual os moradores de São Pedro dos Cacetes serão retirados.

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Imparcial / MA Class.: Guajajara 351
 Data: 11/11/92 Pg.: 10 (cont.)

Ministro da Justiça faz acordo e Guajajaras libertam os reféns

O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, o governador Edison Lobão e o presidente da Funai, Sidney Possuelo, conseguiram libertar na tarde de ontem, na aldeia Coquinho, a 57 km desta cidade, no centro geográfico do Maranhão, as 96 pessoas que, desde o último dia 2, eram mantidas em cativeiro por índios guajajaras. Após os entendimentos com as autoridades, os índios também desobstruíram a BR-226, entre Barra do Corda e Grajaú, que haviam interditado há oito dias, e liberaram cerca de 15 veículos, entre os quais ônibus de passageiros, que haviam apreendidos.

A libertação dos reféns ocorreu depois que o ministro e o governador se comprometeram a adotar providências para a retirada, no menor prazo possível, das 6 mil pessoas do povoado São Pedro dos Cacetes, situado dentro da reserva. Durante uma reunião, que durou três horas, no quartel da Polícia Militar, em Barra do Corda, Maurício Corrêa e Lobão alertaram as lideranças indígenas sobre a gravidade do problema criado com a prisão das 96 pessoas que trafegavam na BR-226. "Isso é crime, e vocês podem ser responsabilizados pelo que vier a ocorrer com a vida e a segurança dessas pessoas", disse o ministro.

Festa da libertação - Antes do anúncio da libertação dos reféns na aldeia Coquinho, o ministro da Justiça e o governador do Maranhão assinaram, com as lideranças indígenas, e com a intervenção da Procuradoria Geral da República, da Funai e entidades civis, como OAB e Conselho Indigenista Missionário, um documento em que se comprometeram a formar, no prazo de 30 dias, uma comissão destinada a apresentar a solução jurídica e os meios materiais para a transferência das famílias de lavradores de São Pedro dos Cacetes para outra



Maurício Corrêa negociou ontem com os índios de Barra do Corda

área.

Após a assinatura do documento, antecedida de reuniões dos grupos envolvidos nas negociações, as autoridades federais e estaduais seguiram de camionetas e ônibus para a aldeia, onde se encontraram com os mais de 300 índios que guardavam os reféns.

A missão de paz se dispôs a resolver, na prática, um problema que se arrasta há mais de 12 anos, quando o governo federal realizou a demarcação do território dos guajajaras - uma área de 135 mil hectares. A demarcação, desde a época contestada pelos brancos da região, incluiu os povoados de Alto Alegre, onde até 1980 vivia uma missão religiosa de frades capuchinhos, e São Pedro dos Cacetes. Alto Alegre, que sofreu um massacre de índios no começo do século, foi na época eva-

cuado, mas os índios não se conformaram. Querem a saída também dos lavradores do outro povoado.

"Chega de mortes" - A libertação dos reféns em poder dos índios não encerra, porém, o clima de tensão verificado na área. "Não queremos mais conviver com os brancos do São Pedro", disse o cacique João Mariano ao governador e ao ministro.

Até a transferência dos brancos de São Pedro, que deverão ir para uma área próxima, fora da reserva indígena, no município de Grajaú, a Polícia Militar vai manter um efetivo de cerca de cem homens na região, para evitar conflitos sangrentos. Os índios pediram que a PM faça o desarmamento dos lavradores do povoado, mas as autoridades se comprometeram apenas em fazer policiamento ostensivo na área.